



AgEcon SEARCH

RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

No endorsement of AgEcon Search or its fundraising activities by the author(s) of the following work or their employer(s) is intended or implied.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



E A LUTA CONTINUA: APÓS CONQUISTA DA TERRA, ASSENTADOS DE MINAS GERAIS REIVINDICAM MAIS APOIO E INFRAESTRUTURA

ELOY ALVES FILHO; ARLETE SALCIDES; GILLIAN DEL PUPPO;

UFV

VIÇOSA - MG - BRASIL

eafilho@ufv.br

APRESENTAÇÃO ORAL

Políticas Sociais para o Campo

E A LUTA CONTINUA: APÓS CONQUISTA DA TERRA, ASSENTADOS DE MINAS GERAIS REIVINDICAM MAIS APOIO E INFRA-ESTRUTURA

Grupo de Pesquisa 11 – Políticas Sociais para o Campo.

RESUMO

Estimulados pelo interesse de contribuir para ampliar conhecimentos sobre o Programa de Reforma Agrária implementado em Minas Gerais, empreendemos esforços para verificar “como” e “em que medida” essa política pública tem cumprido suas principais funções, quais sejam: garantir justiça social aos povos do campo, através de efetivo apoio e ações que qualifiquem suas cotidianas condições de vida, fortaleçam seu desejo de permanência no espaço rural e os inclua no processo produtivo. Nessa perspectiva, realizamos sete estudos de caso que serviram de base para um estudo comparativo entre as realidades investigadas. A pesquisa envolveu como participantes assentados da reforma agrária residentes nos assentamentos Rio das Pedras, Nova Palma e Zumbi dos Palmares, Correntes, Paco Paco, Dom Oriane e Cafundão. Os dados foram coletados através da aplicação de questionários e entrevistas, no período de agosto a outubro de 2007. É possível afirmar, com base nos dados, que, embora os assentados reconheçam o abandono por parte das autoridades governamentais,

especialmente no que se refere a créditos, assistência técnica, às dificuldades inerentes à produção agropecuária, às oscilações dos preços, à comercialização, à agregação de valor ao produto colhido, e à lentidão no atendimento das demandas, o Programa de Reforma Agrária vigente é, sim, uma possibilidade de mudança de vida, sobretudo quando comparam a condição de vida anterior à aquisição do lote. Mesmo com várias carências, dentre elas a falta ou insuficiência de infraestrutura nos assentamentos, a descontinuidade dos programas de assistência técnica, deficiências no atendimento à saúde, etc. o trabalhador rural se diz muito feliz e satisfeito com diversos benefícios que a Reforma Agrária propicia, principalmente no que se refere ao acesso à terra e à habitação.

Palavras-chave: reforma agrária; políticas públicas; assentamentos rurais.

AND THE FIGHT CONTINUES: AFTER THE LAND CONQUEST, THE SETTLED PEOPLE FROM MINAS GERAIS DEMAND MORE SUPPORT AND INFRASTRUCTURE

ABSTRACT

Stimulated by the interest of contributing to expand the knowledge on the implemented Program of Agrarian in the Minas Gerais, we undertook efforts to verify "how" and "to which extent" this public policy has fulfilled its main purposes, as: to guarantee social justice to the rural area inhabitants, through an effective support and actions that improve their everyday life conditions, that strengthen their desire of permanence in the rural space, and that incorporate them in the productive process. In this perspective, we carried out seven case studies that worked as a base for a comparative study among the investigated realities. The research involved as participants, settled people from the agrarian reform, that live in the settling areas from Rio das Pedras, Nova Palma, Zumbi dos Palmares, Correntes, Paco Paco, Dom Orione and Cafundão. The data were collected through the application of questionnaires and interviews, from August to October of 2007. It is possible to affirm, based on the data, that, nevertheless the settled people are aware of the abandonment by the governmental authorities, especially in relation to credits, to technical assistance, to the inherent difficulties for the farming production, to the prices instability, to the commercialization, to add value to the harvested product, and to the slowness in the attendance of the demands, the *Programa de Reforma Agrária* now in exercise is, yes, a possibility of a life change, mainly when they compare it with the previous life conditions, before they got hold of their land parcel. Even though there are some lacks, amongst them, the lack or insufficiency of infrastructure in the settlements, the technical assistance programs' discontinuity, the deficiencies in health assistance, etc., the agricultural workers consider themselves as rather happy and satisfied with the diverse benefits that the Agrarian Reform makes possible, mainly referring to land and housing access.

Keywords: agrarian reform; public policies; familiar agriculture.

I. APRESENTAÇÃO

Estimulados pelo interesse de contribuir para ampliar conhecimentos sobre o Programa de Reforma Agrária implementado no estado de Minas Gerais, empreendemos

esforços para verificar “como” e “em que medida” essa política pública tem cumprido suas principais funções, quais sejam: garantir justiça social aos povos do campo, através de efetivo apoio e ações que qualifiquem suas cotidianas condições de vida, fortaleçam seu desejo de permanência no espaço rural e os inclua no processo produtivo.

O presente artigo tem, como principal finalidade, apresentar e discutir junto à comunidade científica os resultados da pesquisa intitulada “Legitimação de saberes dos trabalhadores rurais e sustentabilidade dos assentamentos de Minas Gerais”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, concluída em dezembro de 2007.

Iniciamos ressaltando o contexto, o universo, os objetivos e as finalidades do estudo. Na seqüência, apresentamos os critérios adotados para definição da amostra, bem como os procedimentos adotados para coleta, sistematização e análise de dados.

Os resultados foram organizados com vistas a responder as quatro principais questões que orientaram este trabalho de investigação.

Na primeira parte, apresentamos dados coletados, através da aplicação de questionários, que pretendem responder a uma das questões que orientaram o estudo: “Quem são os assentados da reforma agrária de Minas Gerais?”. Para tanto, buscamos caracterizar os assentados beneficiários do Programa de Reforma Agrária em quatro regiões do Estado de Minas Gerais, quanto aos seguintes aspectos: faixa etária; sexo dos titulares dos lotes; raça ou cor e estado civil.

Na segunda parte, apresentamos dados coletados, através da aplicação de questionários, com a finalidade de responder a segunda questão deste trabalho de investigação: “Como vivem os assentados da reforma agrária em Minas Gerais?”.

Nessa perspectiva, as informações foram organizadas em torno dos seguintes subtítulos: renda, participação em políticas de comercialização, formas de comercialização da produção, condições das estradas e formas de escoamento da produção, e, por fim, a prática de atividades cooperadas.

A terceira parte está organizada em torno de itens que objetivaram responder a seguinte questão: “Como os assentados avaliam suas atuais condições de vida e as ações implementadas no âmbito do Programa de Reforma Agrária em Minas Gerais?”. Sob esse enfoque, os dados foram sistematizados em torno dos seguintes itens: atual situação de vida dos beneficiários da reforma agrária, avaliação da Reforma Agrária em termos comparativos entre as atuais e as condições de vida antes de ser um beneficiário da reforma agrária, e, ainda, grau de satisfação dos assentados com os serviços dos técnicos.

Para a quarta parte reservamos a apresentação de dados coletados tanto através da aplicação de questionários como oriundos de registros de diário de campo e entrevistas, com as finalidades de identificar o grau de satisfação dos assentados com o tipo de apoio recebido do INCRA e práticas de preservação ambiental adotadas pelos assentados, buscando responder a última das principais questões que inspiraram e nortearam o processo de investigação: “Que tipo de relações os assentados mantêm com o Incra e os recursos naturais”.

Finalizamos este texto com algumas considerações, formuladas a partir da discussão dos dados, e sugerindo temas para estudos que possam emergir com base nos achados desta pesquisa.

II. INTRODUÇÃO

A compreensão mais ampla sobre os processos sociais envolvidos na luta pela reforma agrária requer uma consideração especial sobre o sistema de relações internas e externas que compõem a ação social que, na interpretação de Melucci (2001), é vista como uma interação de objetivos, recursos e obstáculos, com um direcionamento intencional estabelecido dentro de um sistema de oportunidades e coerções.

Reconhecendo a importância de emprendermos esforços nessa direção, estimamos que os achados da pesquisa contribuam com elementos para ampliar nossa compreensão sobre particulares e diferentes realidades agrárias brasileiras, na perspectiva de somar esforços entre cientistas sociais que ambicionam problematizar o naturalizado pressuposto de que a promoção do desenvolvimento rural, ou melhor, as mudanças num dado espaço social e econômico, não sejam apenas decorrência de uma ação governamental de intervenção.

Diferentes estudos têm sido realizados com a finalidade de avaliar as condições de vida nos assentamentos rurais brasileiros. Porém, na grande maioria deles, localizamos o silêncio de uma "voz".

A possibilidade de dar "voz e vez" a esses sujeitos-beneficiários busca romper com o "silêncio" que lhes têm sido imposto tanto por *experts* como por mediadores que se encarregam de "falar em seus nomes" produzindo saberes sobre quem são e o que pensam sobre sua própria realidade de vida.

Abdicamos, portanto, da condição de *experts* preferindo ocupar um lugar que nos permita não falar em nome de outros/as sobre aspectos que caracterizam e conformam o que chamam de "realidade". Buscamos, sim, oferecer-lhes espaços para que falem de si por si mesmos. Cabe aqui lembrar Melucci (1994), quando nos sugere que a postura do intelectual não é a de trazer "a verdade" mas, sim, contribuir para que seus outros possam encontrar as "suas verdades".

Assim, ambicionando dar conta daquilo que Rolnik (1989) denominou como "tarefa de cartógrafo", ou melhor, dar língua aos afetos que pedem passagem e trazem marcas de encontros que os foram constituindo, realizamos trabalho de campo, período no qual aplicamos questionários, considerando as seguintes fontes: percentual representativo da população residente em cada assentamento, no mínimo 15% nos projetos com maior número de famílias e 20% nos menores; e, também, fizemos registros em diário de campo e realizamos entrevistas semi-estruturadas com representantes de Associações de moradores, Cooperativas e INCRA.

A organização e a análise de dados coletados ampliou a compreensão sobre as singularidades que caracterizam cada espaço social e, tal como em um mosaico, cada peça contribuiu para localizar recorrências entre elas.

É importante ressaltar, também, algumas ações que precederam a composição da amostra do estudo, tais como a análise do universo dos assentamentos mineiros, seus nomes, localização por município e regiões do Estado de Minas Gerais, e suas correspondentes datas de implantação. As informações acumuladas, a partir dessas ações, serviram de base para a definição dos critérios que regularam a escolha dos assentamentos investigados.

Na Região do Triângulo Mineiro, localizados no município de Uberlândia, foram selecionados os seguintes assentamentos: Rio das Pedras, criado em 1.998, com uma área de 1.141,86 hectares, onde residem 87 famílias, coordenado pelo MTL; Nova Palma, criado em 1.999, com uma área: de 455,92 hectares, na qual residem 15 famílias, também coordenado pelo MTL; e, por fim, Zumbi dos Palmares, criado em 1.999, com uma área 492,04 hectares,

onde residem 22 famílias, coordenado pelo MST.

Na Região Oeste, localizado no município de Várzea da Palma, selecionamos o assentamento Correntes, criado em 2.000, com uma área 11.520,25 hectares, onde residem 250 famílias, coordenado pela FETAEMG; e, no município de Pirapora, o assentamento Paco Paco, criado em 2.000, com uma área de 597,12 hectares, no qual residem 42 famílias, também coordenado pela FETAEMG.

Na Região Centro, no município de Betim, investigamos o assentamento Dom Orione, criado em 1.997, com uma área de 216 hectares, na qual residem 39 famílias, coordenado pelo MST.

Na Região da Mata, no município de Mariana, o assentamento Cafundão, criado em 1.994, com uma área de 48 hectares, em que residem 12 famílias, coordenado pela FETAEMG.

Sistematizamos os dados utilizando recursos dos programas Excel e SPSS 11.5 for Windows e os organizamos em torno das quatro principais questões que orientaram a realização da pesquisa.

III. RESULTADOS

Nesta seção apresentaremos dados e informações sócio-econômicas sobre os sujeitos estudados, ou seja, os trabalhadores rurais beneficiados pelo Programa de Reforma Agrária no Estado de Minas Gerais. Procurar-se-á, também, verificar o perfil do assentado bem como as atividades econômicas e organizacionais desenvolvidas em sua parcela de terra.

3.1. Quem são os assentados da reforma agrária de Minas Gerais?

A maioria dos titulares dos lotes tem idade mais avançada, ou seja, 45,95% dos entrevistados relataram que os titulares possuem idade superior a 50 anos, 32,43% possuem de 41 a 50 anos, 15, 32% apresentam 31 a 40 anos e apenas 6,31% apresentam de 21 a 30 anos. Não se verificou nenhum titular de lote com idade inferior a 20 anos.

Pode-se inferir que os assentados, tendo em vista a sua faixa etária, optaram pela reforma agrária ou foram admitidos por ela, após tentativas sem sucesso de outros tipos de atividades. Neste sentido pode-se dizer que a reforma agrária demora a ser implementada ou que os trabalhadores rurais buscam outras oportunidades de emprego e renda, antes de se dedicarem à agricultura familiar.

No que se refere ao estado civil os dados mostraram que a maioria (64,00%) dos assentados titulares dos seus lotes se encontram casados. Outros 16,20% referiram manter uma relação estável, 7,20% disseram-se solteiros, 4,50% viúvos e os 8,1% restantes separados.

Os dados também possibilitaram verificar que a maioria dos titulares dos lotes, aproximadamente 70%, são do sexo masculino. Esses dados revelaram que, apesar da contínua luta também das mulheres, a reforma agrária brasileira ainda é dominada pelos homens. No entanto, cabe ressaltar que as mulheres têm conquistado novos espaços, tanto na titularidade dos lotes, como em programas de créditos especiais, assim como na organização dos movimentos sociais.

Sobre os dados relativos ao estado civil e sexo dos beneficiários do Programa de Reforma Agrária em Minas Gerais, é importante ressaltar que, intrínseco ao conceito de Reforma Agrária, está a idéia de família. Apesar de não se excluir os não casados, a constituição de um assentamento, com todo o seu aparato burocrático e processual, considera a família como unidade à semelhança da noção de agricultura familiar.

Se referirmos o estudo realizado por Deere e Leon (2002), poderemos mostrar a escassez de estudos sobre o tema gênero e espaço rural, na América Latina, especialmente no Brasil. A pesquisa realizada por essas autoras contribui para demonstrar o significativo desequilíbrio que existe em relação à igualdade formal entre homens e mulheres perante a lei e da conquista de igualdade real entre ambos na América Latina, uma questão particularmente ilustrada pela lacuna entre os direitos de propriedade da mulher e sua posse real sobre a propriedade.

Identificamos, ainda, que 47,75% dos assentados se autodefinem como sendo de cor branca, 32,43% pardos, 15,32% de cor preta e 4,50% de cor amarela. Essa situação revela, à semelhança da sociedade brasileira, a miscigenação de raças entre os beneficiários da reforma agrária em Minas Gerais. As raças preta e parda, que os caracterizam como afrodescendentes, apresentaram, praticamente, a mesma proporção. Destaque para a raça amarela com 4.5%, revelando, assim, a forma democrática e multicultural de como se processa a reforma agrária no Brasil.

Considerando que a identificação racial é quase uma questão relacional no Brasil, pois, conforme analisa Schwarcz (2000), varia de indivíduo para indivíduo, depende do lugar, do tempo e dos critérios de julgo dos próprios entrevistadores, concordamos que há, em vigor, um certo uso social da cor. As discrepâncias entre cor atribuída e cor auto-percebida estariam relacionadas com a própria situação socioeconômica dos indivíduos.

Estimamos que os dados apresentados neste espaço possam se inscrever no âmbito das polêmicas discussões sobre a criação de políticas afirmativas para afrodescendentes e, ainda, das atuais reflexões sobre justiça multicultural, tal como descrita por Santos (2002), ou seja, aquela que procura trabalhar com as tensões entre a diferença e a igualdade, entre a exigência de reconhecimento da diferença e de redistribuição que viabilize a efetivação da igualdade. Urge para o Brasil a formação de uma conscientização como base de uma soberania nacional que reconheça e defenda efetivamente a diversidade cultural e os direitos legítimos de grupos sociais discriminados.

A reflexão sobre as lutas e as políticas de reconhecimento das diferenças tanto as multiculturais quanto as socioeconômicas têm, nas últimas décadas, confrontado as identidades imperiais, os falsos universalismos e a colonialidade do poder.

Ressaltar a prática de uma inflexão sobre a cor, tal como fizemos aqui, implica refletir sobre um "um uso social da cor", pensar em como se manipula a cor no Brasil como elemento internalizado de hierarquia e ascensão. No país dos tantos "tons e semitons", pode-se "empretecer" ou "embraquecer", conforme a situação econômica, bem como destacar uma valoração absolutamente positiva da cor branca.

3.2. Como vivem os assentados da reforma agrária em Minas Gerais?

Os processos de produção e de comercialização dos produtos agropecuários são fundamentais para a geração de emprego e de renda e, portanto, intrínsecas à sustentabilidade dos projetos de assentamentos. No entanto estas ações apresentam-se como críticas para toda agricultura familiar no Brasil e não apenas para os assentados da reforma agrária em Minas Gerais. Para que o Programa de Reforma Agrária seja sustentável se faz necessário que se viabilize tanto a produção quanto à comercialização dos bens gerados nos lotes.

Estas duas atividades encontram-se imbricadas e entrelaçam-se com uma outra variável importante: a assistência técnica.

3.2.1. Renda

Vivemos numa época em que as análises sobre a organização da economia mundial, conforme referem Fernandes (2000) e Reis (2002), e tendem a dar grande predominância à noção de liberdade territorial dos agentes. Segundo o último autor, “na economia mundial, como nas economias nacionais, são muitos os mecanismos diferenciados e plurais que estruturam a vida concreta” (p.91), e, por isso, é importante “que se mantenha (...) uma linha de tensão permanente que contraponha mobilidades (ou desterritorializações) às localizações (diferenciações territoriais), porque é disso que as dinâmicas econômicas são feitas” (p.92).

A ruralidade, diante da reestruturação do capitalismo contemporâneo, vem sofrendo transformações de ordem econômica, ambiental e sócio-cultural. Estas mudanças, singulares ao atual contexto da globalização, têm desafiado os pressupostos de pesquisadores das diferentes disciplinas das ciências sociais.

O rural, como espaço constituído por diferentes dinâmicas vem apresentado significativas transformações. Estas estão pondo em dúvida previsões que eram dadas como iminentes e factíveis ao atual processo globalizante.

É neste quadro de mudanças que se concentram as atenções de pesquisadores brasileiros, representantes das três principais posições sobre o que vem sendo chamado de “debate sobre a ruralidade” no Brasil, tais como Silva (1999), Carneiro (1998; 2001) e Veiga (1999; 2002).

Schneider (1999, 2003) apresenta uma contribuição marcante para a discussão sobre as mudanças agrárias e a ruralidade no Brasil. Analisa como as estratégias de emprego e renda estão transformando as estruturas ocupacionais no meio rural brasileiro. Sua pesquisa revela o papel significativo da “pluralidade” na reprodução social das famílias rurais. A pluriatividade é entendida como uma característica típica dos processos de desenvolvimento em a integração dos agricultores familiares à divisão social do trabalho passa a ocorrer não mais exclusivamente através de sua inserção nos circuitos mercantis via processos de produção agropecuários ou em atividades exclusivamente agrícolas. A pluriatividade tende a se desenvolver como uma característica ou uma estratégia de reprodução das famílias de agricultores que residem em áreas rurais situadas em contextos onde sua articulação com o mercado se dá através de atividades não-agrícolas ou para-agrícolas, tal como parece se caracterizar as realidades dos Projetos de Assentamentos investigados.

Um dos fatores que demonstra a grande satisfação do trabalhador rural com sua situação atual de vida e com a Reforma Agrária é a sua renda familiar hoje, quando comparada com sua vida anterior.

Os dados possibilitam verificar que quase 50% dos assentados adquire pelo menos 1 salário mínimo mensal, independente de seus produtos e criações serem comercializados ou consumidos. Outros 20% auferem de 3 a 5 salários mínimos ao mês. Cerca de 17,14% dos entrevistados responderam que possuem de 5 a 8 salários e 2,86% recebem acima de 8 salários mínimos. Apenas 11,43 dos trabalhadores possuem receita inferior a 1 salário mínimo e se encontra em precárias condições de vida.

Considerando a baixa renda média do trabalhador brasileiro e, tendo em vista que o assentado ao ingressar no programa era, praticamente, desprovido de qualquer renda, ao conseguir auferir cerca de três (03) salários mínimos mensais, onde se concentra a grande maioria, pode-se dizer que a reforma agrária ofereceu a estas famílias a oportunidade de gerar

emprego e renda a seus sujeitos. Cabe ressaltar que, no quesito renda, não foi possível calcular, por insuficiência de dados, uma vez que os assentados não fazem uma contabilidade de suas atividades, o custo de produção real.

A maioria dos assentados possuem outras fontes de renda fora da produção do lote para sua sobrevivência. Conforme respondido pelos assentados essa renda é obtida através de trabalho informal, na maioria das vezes com artesanato, construção civil, aposentadoria de algum membro da família e do programa bolsa família do Governo Federal. Verificou-se que mais de 20% das famílias não possuem outros tipos de renda fora da produção no lote, enquanto 46,36% recebe até um salário mínimo. Cerca de 23,64% recebem de 1 a 3 salários e 5,45% recebem de 3 a 5 salários. Apenas 1,82% das famílias questionadas recebem mais de 5 salários com outros tipos de renda.

Na busca por maior participação dentro da sociedade e maior sustentabilidade, os assentados utilizam várias técnicas em suas atividades produtivas, sendo que essas, em sua maioria, são técnicas tradicionais acompanhadas de inúmeros improvisos, criatividade e emprego de saberes do passado que reduzem os custos de produção, utilizando, em vários casos, recursos naturais como energia hidráulica, ferramentas artesanais, técnicas de cultivo tradicionais, etc.

Os dados evidenciam que os assentados procuram reduzir seus custos lançando mão de estruturas, técnicas de manejo e cultivo, maquinarias improvisadas e procedimentos baseados em saberes tradicionais, conforme pode ser verificado por meio dos dados e observações de campo, essa prática é adotada por 84,55% dos assentados. Outro fato verificado é que apenas 10,91% já está inserido em um mundo tecnológico mais sofisticado e dessa forma utilizam técnicas mais modernas, na maioria das vezes, aplicando as orientações da assistência técnica oficial. Outros 1,82% utilizam ambas as técnicas e 2,73% criam suas próprias técnicas, confirmando os pressupostos estabelecidos nos objetivos da pesquisa, ou seja, a utilização de saberes tradicionais em suas atividades cotidianas.

Os trabalhadores rurais participantes do estudo, para obterem uma maior receita e garantirem a sustentabilidade da agricultura familiar no programa de reforma agrária, por meio de sua produção, utilizam essas técnicas que muitas vezes são trazidas de seus antepassados, criadas por eles mesmos através da experiência prática e da necessidade de reduzir custo ou preservar o meio ambiente e também utilizar os recursos naturais disponíveis, bem com aquelas ensinadas por pessoas e entidades responsáveis pela assistência técnica. Segundo a Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável da EMATER, a assistência oferece o suporte técnico necessário aos produtores rurais visando melhorar a produção, comercialização e preservação ambiental (EMATER, 2006). A criação e aplicação dessa metodologia foi uma das exigências da FETAEMG, para que a EMATER pudesse prestar assistência técnica aos assentados, e não aplicasse a forma tradicional daquela empresa através de pacotes tecnológicos e uso intensivo de defensivos e produtos químicos. Esse tipo de assistência procura sempre colaborar para que esses trabalhadores rurais sempre estejam aumentando seus conhecimentos e desenvolvendo seus trabalhos de forma mais eficiente, e de certa forma, dispensa um investimento maior em equipamentos e tecnologia avançada.

3.2.2. Participação em políticas de comercialização

Em relação à participação em políticas econômicas, tanto sobre o que produzir como a forma de comercializar, os dados possibilitaram identificar que a maioria, 85,45%, tem comercializado a sua produção, apesar das dificuldades apresentadas, segundo as leis de

mercado ou política oficial para cada produto. Apenas 14,55% dos assentados não participam de políticas de comercialização, seja por não dispor de excedente ou por comercializar pessoalmente e de maneira informal.

3.2.3. Formas de comercialização da produção

Quanto aos canais de comercialização mais utilizados para a venda da produção, verificamos que 51,02% eram os atravessadores, 31,63% vendem individualmente passando de casa em casa e 12,25% vendem em feiras, 3,06% são camelôs ou comerciantes. Outros 1,02% vendem para atravessadores e na feira e 1,02% vendem para atravessadores e de casa em casa.

A despeito da organização social entre os assentados ser maior em relação aos agricultores familiares independentes, considerável parte deles receberem uma assistência técnica diferenciada, mais participativa, todos serem membros de uma associação ou cooperativa, o principal meio de comercialização utilizado ainda é via atravessadores o que sempre implica perda em rentabilidade, pois parte do lucro fica com esse tipo de comerciante.

A comercialização individual, em que o próprio produtor vende diretamente o seu produto, seja para consumidores ou comerciantes, também foi utilizada por 31,63% dos entrevistados. Este tipo de comercialização é bastante comum porque muitos dos produtores possuem um excedente pequeno e prefere ele mesmo efetuar a venda de seus produtos. Considerando o volume de produção dos assentados que é comercializada, a necessidade de transporte dos alunos para as escolas e também de levar as pessoas que precisam de algum tratamento de saúde na sede do município, as estradas devem estar sempre em estado transitável durante todo o ano, fato que nem sempre acontece, especialmente no período chuvoso.

3.2.4. Condições das estradas e formas de escoamento da produção

O acesso à propriedade rural, em condições de tráfego contínuo durante todo ano, é uma facilidade indispensável para os produtores rurais por inúmeras razões que serão analisadas a seguir.

Em relação às condições das estradas que servem para o escoamento da produção, para acesso dos estudantes à escola, à sede do município para realizar uma infinidade de atividades, sejam de saúde, abastecimento de víveres, lazer, serviços bancários, assistência técnica, etc. As respostas dos participantes evidenciaram que apenas 5,45% das estradas estão em ótimo estado de conservação e 43,64% se apresentam em bom estado. Outros 33,64% estão em condições regulares refletindo que o acesso aos assentamentos, em relação ao padrão das estradas rurais brasileiras estão bem acima da média. Durante a pesquisa de campo, que não ocorreu em período chuvoso, os acessos a todos os projetos de assentamentos estavam em boas condições de tráfego. No entanto vale a pena ressaltar que as estradas internas, as de acesso aos lotes, não eram tão boas como as vias de acesso principal que recebiam manutenção com maior frequência. Regra geral, as prefeituras atendiam os agricultores satisfatoriamente no que se refere às estradas, especialmente as principais, deixando a desejar em alguns casos as vicinais de acesso direto a cada propriedade.

Por outro lado, um número significativo, cerca de 17,27% das estradas se apresentavam, segundo os entrevistados, em condições precárias de uso.

3.2.5. Atividades Cooperadas

Conquistar a sustentabilidade da agricultura familiar é tarefa difícil em praticamente todo mundo, seja em países ricos ou pobres. Além dos riscos inerentes à atividade, como clima, pragas, doenças, dificuldades como oscilações de preços, armazenamento, mercado, comercialização, inúmeros produtos só podem ser armazenados por curtos períodos de tempo, pequeno volume de mercadorias, etc., existem a distancia do mercado e condições de tráfego das estradas. Por isso a agricultura familiar desenvolvida de forma individualizada a torna mais difícil, arriscada e onerosa, ou seja, com a rentabilidade mais instável.

Considerando que os assentados, desde o início da luta pela reforma agrária, ainda nos insalubres acampamentos, se organizaram em associações, se vincularam a um movimento social e pressionaram o INCRA pelo direito a um pedaço de terra, era de se esperar que a atividade associativa ou cooperativa fosse forte e freqüente entre essa categoria de agricultores.

No entanto, entre os assentamentos investigados, apenas no PA Rio das Pedras localizado no Município de Uberlândia, no Triângulo Mineiro e no PA Cafundão em Mariana realizavam algumas atividades cooperadas.

No caso do PA Rio das Pedras, existem atividades cooperadas relacionadas apenas à produção de leite, uma vez que no assentamento foi instalado um tanque de expansão de leite para receber o produto dos produtores da região. O investimento no tanque de expansão só é viável economicamente se houver uma grande produção ou pequenos e médios produtores se associam para instalar e manter um coletivamente.

Já no caso do PA Cafundão, a atividade cooperada existente é a fabricação de artesanato em pedra sabão, especialmente panela de pedra. Esta atividade requereu a construção de um galpão, instalação de alguns equipamentos e aquisição de diversas ferramentas. Este investimento, considerado elevado para os padrões de renda dos assentados, só foi possível de uma forma associada. Esta atividade artesanal estava sendo bem sucedida inicialmente, no entanto, empresas que dispõem de muito capital e poder para obterem o licenciamento ambiental para extração da matéria prima, a pedra sabão, adquiriram todas as pedreiras da região e passaram a monopolizar não apenas a pedra mas também elevar abusivamente os preços desse insumo. Com isso a atividade artesanal está ficando inviabilizada, pois além da dificuldade em obter a matéria prima e do alto custo da pedra bruta, a margem de lucro teve que ser reduzida a níveis tão baixos para os artesões que praticamente interromperam a produção. E o que é mais lamentável, é que nenhuma autoridade tomou alguma providencia em favor dos trabalhadores prejudicados.

Percebeu-se nas entrevistas com os assentados que havia uma tentativa de formação de uma cooperativa de produção de tapetes de fibra por parte das mulheres do assentamento. No entanto a iniciativa ainda era incipiente e incerta, tanto pela falta de coesão entre o grupo e como pela dificuldade de conseguir a matéria prima, a fibra, a preços compensadores e de forma contínua.

Conforme analisa Melucci (2001), é possível identificar diferenças entre as novas e velhas solidariedades, uma vez que as últimas se constituem em tempos de globalização e individualismo. Na acepção do autor, as velhas solidariedades eram aquelas que se baseavam muito na proximidade. Os vínculos se davam nas residências, nas vizinhanças, na família, no trabalho. E é isso que, de alguma maneira, tem se modificado, porque as relações agora estão mais distantes, a mobilidade espacial é maior, as migrações são mais intensas. Em todo o mundo está se criando uma deslocalização e, portanto, se criam novas raízes que de alguma

maneira estavam criados nas comunidades tradicionais. Essas raízes comunitárias perderam-se e criou-se um problema, ou seja, as velhas solidariedades estão dando lugar ao individualismo.

Tal individualismo, gerado pelas novas solidariedades, é uma espécie de luta pela vida, em que cada um procura as soluções para seu caso, migrando ou mudando de local de moradia. Essas mudanças estão sendo acompanhadas do aparecimento de novas formas de solidariedade e essas são mais difíceis de compreender porque são menos convencionais, porque nos habituamos a pensar a solidariedade nesses termos da velha solidariedade. As novas solidariedades são praticamente invisíveis, ou seja, dá trabalho identificá-las. Essas novas solidariedades constituem-se entre pessoas que já têm uma trajetória, um percurso de origem bastante diferenciado.

Muitas solidariedades são baseadas em fenômenos novos, como a preocupação com o desgaste ambiental e toda modificação do meio ambiente. Esses problemas suscitaram a aproximação, a partilha de interesses, a mobilização e uma solidariedade nova.

3.3. Como os assentados avaliam suas atuais condições de vida e as ações implementadas no âmbito do Programa de Reforma Agrária em Minas Gerais?

Uma forma de avaliar o programa de reforma agrária pode ser o conhecimento das atuais condições de vida e produção de seus beneficiários. Objetiva-se nesta seção, identificar como os assentados estão e como vêem o programa em que estão incluídos e quais as suas perspectivas futuras. Segundo analisa Alves Filho (2006:268), “(...) um Programa de Reforma Agrária deve, além de garantir o desenvolvimento, a consolidação da agricultura familiar e o fortalecimento da economia camponesa, (...) favorecer a sua participação em espaços nos quais se definem as diretrizes de ação”.

3.3.1. Atual situação de vida dos beneficiários da reforma agrária

Chama a atenção que, embora os assentados reconheçam o abandono por parte das autoridades governamentais, especialmente no que se refere a créditos, assistência técnica, às dificuldades inerentes à produção agropecuária, às oscilações dos preços, à comercialização, à agregação de valor ao produto colhido, e à lentidão no atendimento das demandas, eles avaliam o Programa de Reforma Agrária vigente como uma possibilidade de mudança de vida, sobretudo quando comparada à condição de vida anterior à aquisição do lote.

Foi possível verificar que mais de 80% dos assentados se consideram satisfeitos com as ações implementadas no âmbito do Programa de Reforma Agrária. Uma avaliação positiva desse nível ressalta a necessidade de maior compromisso do Governo e da sociedade em geral com a sofrida categoria dos trabalhadores rurais que não dispõem de terra para viver e produzir. Apenas 11,71% responderam que a Reforma Agrária é regular e 7,21% alegam que ela é ruim e se mostram insatisfeitos com o Programa. Apesar de serem visíveis diversas falhas no programa de reforma agrária brasileiro, sejam deficiências metodológicas, legais, técnicas, socioculturais e organizacionais, o número de insatisfeitos é relativamente pequeno. Duas considerações podem ser feitas. Primeiro é possível pressupor que a situação anterior era tão ruim que qualquer melhoria é considerada satisfatória. Segundo que ainda existe espaço para aperfeiçoamentos, mudanças, enfim, avanços, no atual programa. Assentados, movimentos sociais, pesquisadores, membros da sociedade civil, políticos, órgãos públicos que participam desse processo também vêem que há necessidade de algumas mudanças e aperfeiçoamentos, tanto no programa como em seus rumos e perspectivas futuras.

3.3.2. Avaliação do Programa de Reforma Agrária

Mesmo com várias carências, dentre elas a falta ou insuficiência de infraestrutura nos assentamentos, a descontinuidade dos programas de assistência técnica, deficiências no atendimento à saúde, etc. o trabalhador rural se vê muito feliz e satisfeito com outros benefícios que a Reforma Agrária propicia, principalmente no que se refere ao acesso à terra e à habitação.

Verifica-se que essa satisfação se dá por uma série de benefícios individuais ou conjugados uns com os outros. Dentre eles, 48,65% responderam que o fato de possuir sua terra para produzir é o ponto mais positivo da reforma agrária, pois o meio de produção passa a ter diferentes significados, seja como autonomia para produzir conforme sua força de trabalho e recursos financeiros, seja como forma de poder, pois ninguém o tirará mais daquela terra, a não ser por vontade própria ou descumprimento das cláusulas contratuais com o INCRA.

A terra também favorece o surgimento de outros benefícios além da possibilidade de renda, facilita a obtenção de hortifrutigranjeiros para consumo familiar e, até mesmo uma renda extra, inclusive o cultivo de plantas medicinais que, quando adequadas e uso correto pode reduzir significativamente as despesas. Para 4,50% dos pesquisados é importante ter sua própria casa e sempre com possibilidade de ampliação ou melhorias, e outros 14,41% dão importância tanto a terra quanto a casa própria como um conjunto de infraestrutura que permite autonomia, poder produzir para consumo e comercialização, bem como poderem ter uma melhor qualidade de vida. Cerca de 7,21% disseram que o ponto mais importante para a satisfação do assentado com a Reforma Agrária é o melhoramento da qualidade de vida no conjunto geral das possibilidades abertas e 2,71% responderam que tanto a casa, quanto a terra e o melhoramento da qualidade de vida devem ser levados em conta. Existe também uma pequena parte dos assentados, 3,60%, que dão importância ao fato de possuírem energia elétrica, certamente essa facilidade que não era disponível na situação anterior, passou a ser considerada indispensável, tanto para a produção como nas atividades domésticas.

Ressalta-se, também, que 10,81% dos participantes do estudo dão importância a outros motivos, como, por exemplo, a segurança maior no campo do que na periferia das cidades, tranquilidade e aumento no poder de compra. Já 8,11% responderam que a Reforma Agrária não tem ponto positivo e se mostram insatisfeitos.

É importante ainda dizer que cerca de 31,53% dos assentados se dizem insatisfeitos por causa da falta de infraestrutura para o assentado viver e produzir no projeto. Já 20,72% responderam que o ponto negativo da reforma agrária é a falta de créditos e 9,91% responderam a falta de assistência técnica e dos técnicos do INCRA como principal problema. Outros 4,50% disseram que o ponto negativo é a falta de créditos e assistência. Para 18,02% o aspecto negativo da Reforma Agrária são outros problemas como falta de segurança, para estes os assentamentos já estão ficando violentos, desunião dos assentados, ocorrência do uso e comercialização de drogas ilícitas, etc. Para 15,32% que a Reforma Agrária não possui pontos negativos, estão plenamente satisfeitos com o programa.

De acordo com os dados coletados, verifica-se que a Reforma Agrária apesar de ainda possuir falhas, é um programa que proporciona melhoria nas condições de vida para muitos trabalhadores rurais e que essa avaliação positiva é alentadora. No entanto é necessário que as autoridades que atuam no programa levem em consideração as reivindicações e críticas daqueles que avaliaram a reforma agrária negativamente.

3.3.3. Grau de satisfação dos assentados com os serviços dos técnicos

A maioria, dos assentados, ou seja, 50,57% não estão satisfeitos com os serviços dos técnicos. No entanto, mais de 49% estão satisfeitos com a assistência técnica recebida, neste aspecto a situação encontra-se equilibrada.

Os dados revelaram que, apesar de reconhecerem a importância das assessorias técnicas em termos de qualificar os meios e técnicas de produção, parece haver descontinuidade na frequência com que os assentados podem contar com esse apoio. Tal cenário fortalece as históricas críticas que apontam à redução no conceito de reforma agrária, ou seja, não basta garantir a concessão de lotes de terra, é preciso oferecer a infra-estrutura e a assistência necessária e isso requer maiores investimentos financeiros por parte do Governo Federal.

3.4. Que tipo de relações os assentados mantêm com o Incra e os recursos naturais?

3.4.1. Grau de satisfação dos assentados com o tipo de apoio recebido do INCRA

Foi possível verificar que a maioria dos trabalhadores rurais aprovam a atuação do INCRA, uma vez que 47,75% a avaliaram como boa e 9,91% como ótima. Existem também aqueles que responderam que é necessário maior responsabilidade do INCRA com os assentados. Cerca de 31,53% dos entrevistados responderam que a atuação do INCRA é regular e 10,81% acham ruim.

Dessa forma verifica-se que a atuação do INCRA tem boa aceitação por parte dos trabalhadores rurais, apesar de existirem aqueles que acham que seria necessário uma política mais séria e arrojada para a criação de novos assentamentos e de acompanhamento adequado do cotidiano do assentado. Segundo ressalta Alves Filho (2006:262), “(...) as ações empreendidas pelo Incra (...) vêm conquistando maior reconhecimento e legitimidade (...) seja por sua capacidade de administrar e manter um profícuo diálogo com os trabalhadores rurais (...) seja pelo respeito que vêm demonstrando à luta pelo direito à concessão de um pedaço de terra”.

3.4.2. Preservação ambiental

A maioria dos trabalhadores rurais sabe da importância da preservação ambiental. Quase a totalidade dos assentados entrevistados respondeu que a preservação ambiental é muito importante. Isto demonstra que além de possuírem informações e conhecimentos específicos sobre o assunto, eles demonstraram uma consciência ambiental digna de nota tendo em vista a origem e o nível educacional dos assentados. Este fato revela que para se ter consciência ambiental não é necessário ter elevado nível educacional, mas assumir o meio ambiente como um patrimônio da humanidade e que dele depende também a nossa sobrevivência. Dessa forma verifica-se que os trabalhadores rurais procuram se desenvolver de forma sustentável mantendo sua responsabilidade social.

No contexto em que se criam e implementam novas práticas sociais, cabe perguntar sobre o papel do Estado. Conforme analisa Santos (.2002b), o Estado, sobretudo o Estado em sua configuração mais moderna, ao ter construído um tipo de solidariedade organizada, passou a ser o grande operador das solidariedades. Isso teve um efeito perverso onde as pessoas começaram a pensar que o Estado tinha essa função. Nesse sentido, essa configuração de Estado foi responsável pela ilusão das solidariedades da comunidade e da sociedade civil. Mas talvez porque o Estado esteja perdendo a sua missão, ele se minimiza de novo. Assim, a sociedade vê-se confrontada com vários problemas que estão surgindo equivalente também às

novas formas de solidariedade. Paradoxalmente, em alguns casos, o Estado converteu-se numa espécie de inimigo da sociedade civil, e, em outros casos não, pois através de políticas sociais o Estado contribuiu para satisfazer um conjunto de necessidades que sociedade civil teria que satisfazer.

Em geral, a sociedade civil queixa-se da ineficácia das políticas sociais, pois não são realmente eficazes, perdem suas motivações ao longo de suas aplicação. Muitas vezes, as políticas sociais são apenas um pretexto de solidariedade do Estado. Ainda assim, o Estado deve ter muito cuidado com os mínimos sociais, é preciso que tenha recursos e meios para garantir que hajam padrões mínimos de cidadania, sobretudo neste contexto da globalização em que a população está sendo deixada para trás, a pobreza e a exclusão ainda não desapareceram nos países mais ricos e, portanto, nos mais pobres menos ainda.

As desigualdades tradicionais eram baseadas na riqueza. Há outras desigualdades que são igualmente preocupantes, já existiam, mas se tornaram populares só agora, como a desigualdade de gênero, que é muito difícil de ultrapassar. Há diferentes e grandes manifestações. No entanto, os progressos não têm sido grandes. As desigualdades de acesso a recursos ambientais também são muito importantes. Hoje temos consciência de que o modo de vida que algumas populações têm não é mais possível porque o planeta já não tem condições de agüentar. Há um conjunto de novas circunstâncias que criam novas desigualdades, ou seja, para cada novo tipo de desigualdades é preciso inventar novos tipos de solidariedades.

Ressaltando, particularmente, preocupações relativas às diferenças de acesso a recursos ambientais talvez seja igualmente importante destacar diferenças sociais de acesso às informações e conhecimentos técnicos necessários a sustentabilidade de micro-territórios, como os lotes dos trabalhadores rurais que vivem nos assentamentos da reforma agrária.

A questão do desenvolvimento rural sustentável é central para a concretização dos objetivos previstos para este estudo, tal como propõe Sachs (*apud* Veiga, 2005), a chave de tudo está na escolha da forma de desenvolvimento que seja sensível ao meio ambiente.

A sustentabilidade vai depender da capacidade das civilizações humanas de se submeter aos preceitos da prudência ecológica e de fazer uso adequado da natureza.

Conforme o mesmo autor, a definição mais aceita para desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro.

Nesse espectro de reflexões, parece pertinente formular a seguinte questão:

- O que é preciso fazer para alcançar o desenvolvimento sustentável?

As recentes análises levam a afirmar que a busca do desenvolvimento sustentável requer, principalmente: um sistema político que assegure a efetiva participação dos cidadãos no processo decisório e, também, um sistema tecnológico que busque constantemente novas soluções.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível afirmar, com base nos dados sintetizados neste espaço, o que muitos estudos como o de Alves Filho (2006), já vêm mostrando, ou seja, apesar dos limites de ações que efetivamente venham a contribuir para qualificar a vida dos trabalhadores rurais e a garantir sua maior competitividade no campo econômico, o Programa de Reforma Agrária é,

ainda, a única alternativa de reconhecimento dos direitos de um contingente significativo de cidadãos.

Para uma grande parte da população brasileira, a oportunidade de produzir depende de uma oportunidade de acesso a terra e se reconhece que tornar seguro o acesso a um dos recursos de produção primários se constitui, ainda, uma parte importante de qualquer agenda progressista. Conforme analisa Alves Filho (2006:269), “(...) há muito o que fazer ainda em termos, especialmente, de ressocialização dessas populações”.

No contexto de implementação do II Plano Nacional de Reforma Agrária, em vigor desde novembro de 2003, formulado como uma tentativa de solução aos inúmeros problemas e demandas apresentados pelos movimentos sociais do campo, ressalta-se a expectativa da sociedade brasileira no cumprimento das promessas de redimensionamento e implementação de ações capazes de garantir a inclusão dos trabalhadores rurais na construção de um novo projeto de sociedade – conforme afirmado no discurso oficial: “De maneira nenhuma iremos reproduzir um modelo de abandono e exclusão dos assentamentos. Queremos que os assentamentos sejam espaços produtivos e de qualidade de vida, dentro de uma visão de desenvolvimento sustentável e territorial”.

Urge, assim, a emergência de estudos voltados ao acompanhamento e avaliação das novas ações do Programa de Reforma Agrária, como forma de oferecer à sociedade brasileira respostas que evidenciem ou não o alcance dos ideais previstos,

Registramos aqui a sugestão de que se articulem espaços de socialização e cruzamentos de dados coletados em outros estudos, pois acreditamos que a oportunidade de realização de estudos comparativos viabilizaria a localização de recorrências e, porque não dizer, descontinuidades entre as diversas realidades, dadas as especificidades dos processos sociais, culturais, políticos e econômicos de constituição dos projetos de assentamentos, condição que, sem dúvida, contribuiria de forma determinante para ampliar a compreensão sobre os fenômenos caracterizados bem como para a definição de alternativas com vistas à aquisição de melhores resultados do Programa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES FILHO, Eloy; O Incra e as ações de reforma agrária brasileira surpreendem e impressionam o mundo, Livro Memória INCRA 35 anos, 2006.

CARNEIRO, M. J. Do rural e do urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade. Campinas: NEA – IE – UNICAMP, 2001.

_____. Ruralidade: novas identidades em construção. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, n. 11, 1998.

DEER, C. D. e LEÓN, M. (2002). O empoderamento do mulher - Direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

FERNANDES, Bernardo Mançano, A Formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

MELUCCI, Alberto. A Invenção do Presente. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

_____. Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento. Entrevista de Alberto Melucci à Leonardo Avritzer e Tymo Lyra. Novos Estudos – CEBRAP, N° 40. Novembro, 1994.

REIS, José. Mobilidades e territorializações, Estado e mercado: A economia portuguesa e as novíssimas dinâmicas”, Revista Crítica de Ciências Sociais, 2002, 63, 91-98.

ROLNIK, Suely. Cartografia sentimental – transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SANTOS, B. S.(Org.). Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. No país das cores e nomes. *In*: Queiroz, Renato da Silva (org.). O corpo do brasileiro – estudos de estética e beleza. São Paulo: Editora Senac, 2000

SILVA, J. G. O novo rural Brasileiro. Unicamp, Instituto de economia, (Coleção de pesquisas, 1). Campinas, p.1-32, 1999.

VEIGA, J. E. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. CNDRS, MDA, NEAD, Texto para Discussão nº 01. Brasília, 2001.

_____. Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. Do Global ao local. Campinas: Editora Autores Associados, 2005.